

Aula 10 (03/11/16)

O primeiro tempo de Édipo

Ronaldo Manzi

O falo

Do que se trata no fim da fase pré-edípica e à borda de Édipo? Trata-se que a criança assume o falo enquanto significante e de um modo que o faz instrumento da ordem simbólica de trocas, na medida em que ele preside à constituição de linhas. Trata-se em suma que ele seja confrontado a esta ordem que fará da função do pai o pivô do drama (SIV, p. 200)¹.

Quando estudamos o complexo de Édipo em Freud, em muitas passagens, percebemos como Freud tende a dizer sobre um *primado do falo*. Leiamos uma passagem bastante ilustrativa disto em um texto de 1908 denominado *Sobre as teorias sexuais infantis*. Percebamos como Freud irá dizer que a mulher é algo que *surge*, já que na infância só haveria um sexo: o masculino. Isto significa afirmar que a percepção da diferença sexual neste momento é quantitativa. Por um lado, o menino acha que a menina vai desenvolver seu pênis (seu clitóris); e, por outro, a menina espera por isto, até perceber que isto não irá acontecer. Leiamos:

a anatomia reconheceu o clitóris, no interior da vulva feminina, como um órgão homólogo ao pênis, e a fisiologia dos processos sexuais acrescentou que esse pênis pequenino, que jamais cresce, realmente se comporta como um pênis genuíno na infância da mulher, que ela se torna a sede de excitações que induzem a tocá-lo, que sua sensibilidade confere à atividade sexual da menina um caráter masculino, e que é necessária uma onda de repressão na época da puberdade, para que seja removida essa sexualidade masculina e surja a mulher (FREUD, 2015, pp. 400-401).

Freud observa que as crianças de ambos os sexos partem de um mesmo pressuposto: todos os seres vivos possuem um falo. A ausência de um falo seria um defeito, um *prejuízo* quase irreparável. Assim, para o menino, o falo faz parte da imagem de si enquanto totalidade. A angústia de perda do falo é uma ameaça à própria assunção da criança da imagem de si enquanto totalidade. Neste sentido, Freud destaca como a prevalência do falo está relacionada a uma ferida narcísica: uma “impossibilidade” da criança imaginar qualquer ser humano sem possuir um órgão tão essencial.

¹ “O que importa ao sujeito, o que ele deseja, o desejo enquanto desejado, o desejo do sujeito, quando a neurose ou a perversão tem para simbolizar, em última análise, isso se faz, literalmente, com a ajuda do falo. O significante do significado em geral é o falo. Isso é essencial. Se vocês partirem daí, vocês compreenderem muitas coisas. Se vocês não partirem daí, vocês compreenderem bem menos e vocês serão forçados a fazer desvios consideráveis para compreender coisas excessivamente simples. O falo entra desde já em jogo, desde que o sujeito aborda o desejo da mãe. O falo é velado e permanecerá velado até o fim dos séculos por uma simples razão: é que ele é um significante último na relação do significante ao significado” (SV, p. 240).

No menino, esta ameaça é vivida de forma angustiante, pois é diante da lei paterna que a criança renuncia a certas atividades sexuais (recusa de utilizar o pênis como instrumento de seu desejo pela mãe, por exemplo). Ela tem também a função de interdição e de normatividade² (interdição do incesto – vivido como uma perda; separação de um objeto) – entendendo a lei aqui no sentido do que articula propriamente no nível do significante, *o texto da lei* (cf. SV, p. 146). Neste caminho, podemos compreender o que Freud denomina como a saída do Édipo “normal” no menino.

Por outro lado, na menina a constatação de que ela não tem um falo, que o falo é de outro, é vivido como um prejuízo. Freud irá dizer aqui que ela visa recompensar este prejuízo buscando o falo no outro. E eis como ele avalia esta busca: como uma *inveja* do pênis, tendo como consequência o tabu da virgindade, um sentimento de inferioridade, etc. É como se a criança tentasse dar uma explicação a essa constatação: ela formula que o pai castrou a mãe e que só poderá ter o falo se desejar o pai. A castração é atribuída à mãe sob a forma de uma privação de pênis. Percebamos como é diante da castração que a menina, diferentemente do menino, entra no complexo de Édipo.

Apesar de Freud reformular várias vezes o complexo de Édipo, esta relação de saída do Édipo no menino e de entrada, no caso da menina, em relação ao complexo de castração, ele jamais abandonou.

Lacan não deixa de observar que o que está em jogo na passagem da fase pré-edípica para fase edípica é o falo: “a afirmação paradoxal do falicismo é o pivô mesmo em torno do qual a interpretação deve se desenvolver” (SIV, p. 97). O falo seria

² É importante perceber aqui que há uma diferença entre dar a si mesmo uma norma e seguir uma norma que nos vem “de fora”. Georges Canguilhem é bastante preciso neste ponto: “contatamos primeiramente que, numa organização social, as regras de ajustamento das partes em uma coletividade mais ou menos lúcida quanto à sua destinação própria – que suas partes sejam indivíduos, grupos ou empreendimentos com objetivo limitado – são exteriores ao múltiplo ajustado. As regras devem ser representadas, apreendidas, rememoradas, aplicadas. No lugar que, num organismo vivente, as regras de ajustamento de partes entre elas são imanentes, presentes sem ser representadas, agem sem deliberação nem cálculo. Não há desvio, distancia, nem espera entre a regra e a regulação. A ordem social é um conjunto de regras dos quais aqueles que se servem ou os beneficiários, em todos os casos os dirigentes, tem de se ocupar. A ordem vital é feita de um conjunto de regras vividas sem problemas” (CANGUILHEM, 2007, p. 186); “as necessidades e as normas de vida de um lagarto ou de um carapau em seu habitat natural se exprimem no fato mesmo de que estes animais são naturalmente viventes neste habitat. Mas é suficiente que um indivíduo se interroge numa sociedade qualquer sobre as necessidades e as normas desta sociedade e as conteste, signo que essas necessidades e essas normas não são aquelas de toda a sociedade, para que apreendamos a qual ponto a necessidade social não é imanente, a qual ponto a norma social não é interior, a qual ponto no fim das contas a sociedade, assento de dissidências contidas ou de antagonismos latentes, está longe de se colocar como um todo. Se o indivíduo coloca em questão a finalidade da sociedade, não é o signo que a sociedade é um conjunto mal unificado de meios, falta precisamente de um fim com o qual se identificaria a atividade coletiva permitida pela a estrutura?” (CANGUILHEM, 2007, p. 191).

assim o significante central para pensarmos o complexo de Édipo e o de castração – algo em torno da metáfora paterna, como iremos ver.

Recordemos que, para Freud, no auge do desenvolvimento da sexualidade, a criança elege uma zona erógena como privilegiada: a *genital*. Desse modo, seu pênis torna-se a zona erógena dominante – é a partir do prazer deste órgão que ela estabelece uma referência a todos os outros prazeres do seu corpo. Na verdade, o apego da criança pelos prazeres proporcionados por este órgão a leva a considerá-lo o órgão mais importante do seu corpo, sendo impossível para ela imaginar que qualquer ser poderia ser privado deste órgão.

É nesse sentido que Freud irá dizer *primazia do falo*: a característica principal da organização genital infantil “consiste”, segundo Freud, “no fato de que, para ambos os sexos, apenas *um genital*, o masculino, entra em consideração. Não há, portanto, uma primazia genital, mas uma primazia do *falo*” (FREUD, 2011a, p. 171).

Lembremos ainda que, num primeiro momento, na organização pré-genital sádico-anal, não existe para a criança algo como masculino e feminino. Na fase fálica, que coincide com a fase do complexo de Édipo, passa-se a existir a *masculinidade* para ambos os sexos. Sabemos como essa organização da sexualidade infantil é exatamente o momento em que a criança, menino ou menina, assume que *todos os seres possuem um pênis*. Com isso, a criança passa a uma antítese entre *ter* pênis ou *não tê-lo*.

Isso significa que a criança passa a ter, na linguagem lacaniana, um *significante*, ou seja, *um elemento que determina as ações e as falas do sujeito e que o guia na ordem simbólica*³. Assim, ela possui algo em torno do qual ela se guia em relação àquele lugar que denominamos vazio: o pai morto – um pai morto internalizado que nos julga sem estar presente em lugar nenhum, senão na realidade psíquica.

Lembremos que esse pai morto aparece na obra de Freud com o assassinato do pai Primevo. Trata-se do modo freudiano de descrever a maneira que agimos: como se tivéssemos carregando o peso de ter matado o pai, assim como seria uma denúncia dos nossos modos de socialização em que o supereu é excessivamente repressor, interditando ainda mais o acesso ao gozo.

É esse pai morto – por isso uma função paterna (o Nome-do-Pai) –, esse lugar vazio, que o significante falo ocupa: um lugar que não pode ser ocupado por nenhuma figura empírica. O falo, *idem*, jamais poderia ser um objeto empírico, anatômico.

³ Outro modo de dizer isto seria: um signo é o que representa algo para alguém (uma bandeira, por exemplo); um significante é o que representa um sujeito para um ser significante.

Vemos isso no famoso caso Hans, em que ele age numa gramática em torno da diferença entre os seres animados e os seres inanimados. Agindo assim, Hans busca encontrar o falo simbólico.

Todas as questões de Hans sobre a presença e a ausência do pênis são o que ordena os demais significantes da sua fala, ou seja, precisamente no plano em que a falta de um órgão suscita na representação psíquica da criança. Neste sentido, há a introdução de uma *falta* diante do objeto fálico, introduzindo algo *para além da realidade anatômica*. A falta de um pênis numa menina, por exemplo, não é uma percepção de uma ausência, mas *a concepção ou assunção de uma falta*: a criança concebe como faltante o que ela imagina que deveria estar presente ali.

Lacan, comentando esta curiosidade de Hans, afirma: “não estamos falando senão do falo. (...) o falo é verdadeiramente o pivô, o objeto central da organização do seu mundo” (SIV, p. 225)⁴. O mesmo ele afirmava no seu seminário anterior:

mas no final das contas, sublinho, o pivô, o ponto de apoio da dialética libidinal, ao qual está referindo, em Freud, o mecanismo e o desenvolvimento da neurose, é o tema da castração (...). Esta prevalência jamais é abandonada por Freud. É, na ordem material, explicativa da teoria freudiana, de uma extremidade à outra, uma invariante prevalente. Jamais, no condicionamento teórico do interjogo subjetivo onde se inscreve a história de um fenômeno psicanalítico qualquer, ele subordinou ou mesmo relativizou a sua posição

⁴ Por isso Lacan pode afirmar que: “não sou eu que inventei que ela [a criança] se introduz [no complexo de Édipo] sem que se jogue um papel de primeiro plano o órgão sexual masculino” (SV, p. 197). Mas um órgão sexual que tem um valor simbólico, segundo Lacan. Aqui há, claramente, um “descompasso” com Freud. Lacan insiste que se trata de uma *metáfora* e não de algo anatômico. Freud, por sua vez, parece dizer que se trata de algo anatômico. Um exemplo: “neste ponto o nosso material se torna – incompreensivelmente – muito mais obscuro e insuficiente. Também o sexo feminino desenvolve um complexo de Édipo, um Super-eu e um período de latência. Pode-se atribuir a ele igualmente uma organização fálica e um complexo de castração? A resposta é afirmativa, mas as coisas não se passam como no garoto. Aqui a exigência feminista de igualdade de direito entre os sexos não vai longe, a diferença morfológica tem de manifestar-se em diferenças no desenvolvimento psíquico. Anatomia é o destino, podemos dizer, parodiando uma frase de Napoleão (FREUD, 2011a, p. 211). É verdade que Freud durante boa parte de sua obra tenha pensado o desenvolvimento sexual infantil simetricamente. No autoerotismo, por exemplo, seria difícil ver algo diferente entre ambos os sexos. Na fase oral não se conhece nenhuma diferença. Na fase anal-sádica, idem – toda questão está em torno de uma passividade e uma atividade de um órgão. Na fase fálica, surge algo diferente: o menino elege a genital como fonte e organizador de seus prazeres; a menina idem. Mas seus órgãos não são similares – *a anatomia é o destino*. Não percamos o fio: há um momento em que as crianças, de ambos os sexos, tem uma crença em comum: todos os seres possuem um pênis. O clitóris é também um falo neste momento. Claro que a observação e a curiosidade levam as crianças a notarem que um menino faz pipi de pé. A menina, normalmente, não. Por mais que o clitóris tenha “comportado” tal como o pênis, em algum momento, ambos reparam uma diferença. Freud chega a fazer um jogo de palavras para falar sobre isto: na curiosidade infantil, a menina parece que se “saiu mal”, “saiu-se pequena demais”. Sim, estamos afirmando que a menina tem como valor o tamanho nesta idade. Será que vai crescer? Os meninos, como se pode observar facilmente, tem horror à ausência do pênis. As meninas, segundo também as observações, e segundo Freud, *invejam* este órgão. Freud, em 1924, irá falar que a menina se sente injustiçada. Ela se sentiria inferior ao menino, por não ter um órgão tão “fundamental”. Segundo Freud, as meninas sofrem de um *complexo de inferioridade* mesmo antes de entrarem no Édipo. Aliás, pela sua própria curiosidade. Numa das hipóteses de Freud, nas suas observações, as meninas consolam-se num falseamento da percepção: *vai crescer*. Enfim, segundo Freud, Napoleão teria razão...

(...). Em sua obra, o objeto fálico tem o lugar central na economia libidinal, tanto no homem como na mulher. Eis aí um fato absolutamente essencial, característica de todas as teorizações efetuadas e mantidas por Freud. Seja qual for o remanejamento feito por ele à sua teorização, ao longo de todas as fases da esquematização que pôde conceber da vida psíquica, a prevalência do centro fálico jamais foi modificada (SIII, p. 351).

Isto nos mostra claramente como a criança, tanto feminina quanto masculina, não está se referindo a ter ou não ter um pênis. O que está em jogo não é a presença ou ausência de um órgão, mas de um significante que *organiza sua compreensão dos outros significantes*: o falo é, no fundo, o que falta à mãe; qualquer coisa que está para além dela e da sua potência de amor (Cf. SIV, p. 175).

O falo não é, portanto, o órgão empírico, o pênis, mas algo que tem um valor simbólico⁵, que organiza estruturalmente a vida social do sujeito, assim como um valor imaginário, pois serve de guia nas imagens ideais do sujeito que lhe norteiam em seu comportamento e sua personalidade. Lacan é preciso em seu seminário V:

o falo não é uma forma, não é uma forma objetual, na medida em que uma forma permanece uma forma cativante, fascinante, ao menos num sentido, pois o problema permanece inteiramente em outro lugar. A atração entre os sexos é uma coisa infinitamente mais complexa que uma atração imaginária, como nos revela toda a economia da doutrina analítica, quanto a nós, nós nos engajamos na via de dar a solução do problema em função dessa fórmula, que não é por ela mesma outra coisa que um enunciado a se desenvolver para ser cumprido – falo não é nem um fantasma, nem uma imagem, nem um objeto, seja ele parcial, seja ele interno, ele é um significante (SV, p. 373).

Uma definição ainda mais clara encontramos em sua fala do dia 9 de maio de 1958 em Munique (*A significação do falo*):

o falo na doutrina freudiana não é um fantasma, se se entende por isso um efeito imaginário. Ele não é também como tal um objeto (parcial, interno, bom, mal, etc...) na medida em que esse termo tende a apreciar a realidade interessada numa relação. Muito menos ele é o órgão, pênis ou clitóris, que ele simboliza. (...) Pois o falo é um significante, um significante cuja função na economia intrasubjetiva da análise, levanta talvez o véu daquilo que se contém nos mistérios. Pois é o significante destinado a designar em seu conjunto os efeitos de significado, na medida em que o significante os condiciona pela sua presença de significante (E, p. 690).

Quando Freud coloca o falo como uma ausência de algo, e não de um órgão, ele já indica que há algo para além da anatomia. O que falta é algo do registro imaginário, algo faltante do que deveria estar ali. Assim, o falo está sempre *para além* de toda relação entre o homem e a mulher. Segundo Lacan,

ele pode cumprir algumas vezes o objeto de uma nostalgia imaginária por parte da mulher, na medida em que ela não tem senão um pequeno falo. Mas este falo que ela pode ressentir⁶ como insuficiente não é o único que entra em

⁵ Depois de refletir sobre o que é o objeto *a*, Lacan irá associar o falo (como não empírico) com algo que não se vê, mas que talvez se olhe (cf. SXIII, p. 622).

⁶ “O falo intervém, portanto, como falta, como objeto da qual ela [a mãe] foi privada, como o objeto desse *Penisneid*, dessa privação sempre ressentida em que conhecemos a incidência na psicologia feminina” (SV, p. 206).

função para ela, porque, na medida em que ela é tomada na relação intersubjetiva, há para o homem, para além dela, este falo que ela não tem, quer dizer, o falo simbólico, que existe lá na medida em que é ausente (SIV, p. 153).

E por que o falo e não qualquer outro significante? Uma das respostas que Lacan sugere é essa (segundo Lévi-Strauss): “é por razões inscritas na ordem simbólica, transcendendo o desenvolvimento individual, que o fato de ter ou não o falo imaginário e simbolizado toma a importância econômica que ele tem no nível do Édipo” (SIV, p. 192).

Noutro momento, neste mesmo *Seminário IV*, ele complementa: “é porque o falo tem um valor simbólico no sistema significante, e que ele é assim retransmitido através de todos os textos dos discursos inter-humanos, que ele se impõe, de modo prevalente entre as outras imagens, ao desejo da mulher” (SIV, p. 260).

Ele usa também o recurso à antiguidade grega no *Seminário V* e destaca como desde aí pênis e falo eram usados de modos distintos. O pênis seria algo concreto, enquanto o falo nos levaria a um Mistério. Vale a citação:

é fora de dúvida que esse objeto jogava um papel central no seio de Mistérios, pois é em torno dele que era colocado os últimos encobrimentos que levava a iniciação. Quer dizer, que no nível da revelação do sentido, ele era considerado como tendo um caráter significativo último. Tudo isso não o coloca na via do que se trata? A saber, o papel econômico prevalente do falo enquanto representando o desejo na sua forma a mais manifesta (SV, p. 347)⁷.

Entretanto, há uma ligação não muito clara entre esse significante fálico e a lei paterna. Segundo Lacan, todo o problema, para Freud, está em torno desta questão: “o que é ser um pai?” (SIV, p. 204). Ou ainda: “o pai, sua existência sobre o plano simbólico no significante *pai*, com tudo que este termo comporta de profundamente problemático – como esta função se torna o centro da organização simbólica?” (SIV, p. 200).

Lembremos que a função paterna é uma função ordenadora do núcleo familiar. Na verdade, a função paterna, para Lacan, é o coração da questão edipiana. Entretanto, trata-se de uma *função* ou de tomar uma posição que ninguém jamais seria capaz de ocupar completamente. Estamos, assim, diante de uma função que nenhum pai empírico poderia cumprir plenamente, mas uma função de posição que organiza a ordem simbólica.

⁷ Mais um exemplo: “desde a origem das idades a ereção como tal foi um significante e não por nada, nós sentimos que em nossas culturas as mais antigas, a pedra erguida tem toda sua incidência de significante no grupo da coletividade humana” (SV, p. 483).

Esse talvez seja o ponto mais interessante aqui para repensarmos a fenomenologia. O que organiza a relação do sujeito com o mundo não é si mesmo, seu eu; não é o modelo de outro (como a presença de um sujeito modelar); mas uma função: *algo* que exerce a *função* de pai. *Algo* que Lacan lê como uma *metáfora*. Ou seja, aquilo que Freud chama de condensação em que os elementos têm valores similares em suas funções. Similares, pois não podem ser nomeados – um modo de nomear algo que não pode ser nomeado.

O pai é, assim, um significante que vem no lugar de outro, pois “a função do pai no complexo de Édipo é a de ser um significante substituído ao primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno” (SV, p. 175). Neste sentido, a referência ao falo não é uma referência a uma suposta castração via pênis, mas uma referência ao pai enquanto uma função que é intermediária ou mediadora da criança com a mãe e da mãe com a criança.

Noutras palavras, a falta do falo, que é concebida pela criança como uma falta no registro imaginário, será estruturante na dialética edipiana, pois a própria dinâmica dessa falta promove uma operação simbólica que só encontrará uma resolução, ou seja, uma passagem a um falo simbólico que organiza o aparelho psíquico do sujeito, a partir do significante paterno. Isto ficará mais claro quando estudarmos o terceiro tempo do Édipo.

O que gostaria de sublinhar neste momento é que o falo é o que organiza as posições do sujeito em relação à sua vida social. O papel desse significante primordial é o que parece impensado na fenomenologia de modo geral. Há uma diferença enorme entre afirmarmos que o sujeito supõe que porta o falo, ou que o dá, ou que o deseja ou que o substitui (está no lugar dele).

A função do falo é central: *ele é o significante primordial do desejo* em torno do qual a criança, a mãe e o pai instauram suas posições. É a partir desta posição frente ao falo que podemos compreender o lugar do falo no desejo de cada um dos personagens do Édipo. É em relação a este jogo de posições que se desenvolverá uma dialética entre ter e/ou ser o falo.

Na verdade, essa dialética é extremamente complexa e começa num momento, suposto, em que a criança e a mãe vivem como se fossem uma *célula única* – no que denominamos, anteriormente, enquanto um momento em que a criança parece ser um “pedaço de carne” *materno*. Mas haverá um momento em que a criança irá sentir uma falta, em que essa relação mãe-criança se vê diante de uma frustração.

A frustração de um objeto real

Lacan é bastante enfático no *Seminário IV – A relação de objeto (1956-1957)*⁸ em mostrar um erro comum na psicanálise contemporânea. A seu ver, os psicanalistas de sua época fazem uma confusão entre três modos de falta de objeto⁹. De um modo geral, a falta de objeto não é algo negativo, mas o que está em jogo na relação do sujeito com o mundo¹⁰. Entretanto, uma coisa é dizer que a criança foi frustrada; outra, afirmar que ela foi privada de algo; e, por fim, que ela foi castrada¹¹. Durante este seminário, ele monta, aos poucos, este quadro abaixo:

Agente	Falta	Objeto
Pai real	Castração simbólica	Falo imaginário
Mãe simbólica	Frustração imaginária	Seio real
Pai imaginário	Privação real	Falo simbólico

Ou seja, toda relação de falta está num jogo entre os registros imaginário, real e simbólico. Aliás, como uma falta vivida em níveis distintos: “dívida simbólica [castração], dano imaginário [frustração] e buraco [privação] ou ausência real, eis o que nos permite situar esses três elementos que denominamos os três termos de referência à falta de objeto” (SIV, p. 37).

O fato desta falta ser sentida num destes três registros, não significa que o objeto e o agente estejam no mesmo registro. Notemos como a relação de falta, o objeto perdido e o agente realizador da falta de objeto estão em registros diferentes. Não por acaso, como veremos.

Atemos primeiramente à relação de falta que é vivida no imaginário, exatamente porque a criança entra nesse reino a partir do estádio do espelho. Este ponto nos é central, pois é somente quando a criança é capaz de entrar no *jogo imaginário* que ela poderia ter qualquer possibilidade de imaginar o desejo da mãe – tal como se pressupõe no primeiro tempo lógico de Édipo. Não basta dizer que a criança e a mãe vivem numa

⁸ Seu objetivo é mostrar como o objeto é tomado como a função do significante como veremos.

⁹ Reparemos como Lacan define o que é objeto em psicanálise: “um objeto não é algo tão simples. Um objeto é algo que, seguramente, se conquista e, mesmo, como Freud nos lembra, que não se conquista jamais sem ser, primeiramente, perdido. Um objeto é sempre uma reconquista. É unicamente para retomar um lugar que ele foi, primeiramente, desabitado que o homem pode chegar a isso que denominamos impropriamente sua própria totalidade” (SIV, p. 372).

¹⁰ “Já sobre o plano imaginário, a falta de objeto constitui propriamente a via humana, aquela da realização da relação do homem à sua existência, enquanto que essa pode ser colocada em causa” (SIV, p. 85).

¹¹ “Se é tão difícil falar da negação é porque ninguém sabe o que ela é” (SVI, p. 498).

célula única e que num dado momento o falo entra em jogo. É preciso introduzir a criança no reino imaginário, assim como, será preciso introduzi-la ao registro simbólico.

Dentro deste jogo, a criança poderia imaginar algo como uma *falta*:

a experiência especular do outro como formando uma totalidade é uma condição preestabelecida. É em relação a esta imagem que o sujeito toma conta de que pode, a ele, faltar algo. O sujeito leva assim para além do objeto de amor esta falta pela qual ele pode ser ameaçado a se substituir, a se propor ele mesmo como o objeto que o preenche (SIV, p. 177).

Noutras palavras, o estádio do espelho revela à criança que não há nada de seu na sua própria imagem, *o que necessariamente revela que há algo que lhe falta*. Philippe van Haute nota isso muito claramente quando comenta que, na imagem corporal,

(...) há sempre um saldo que não pode ser integrado, e que me lembra de minha incompletude. A unidade entre o eu e sua imagem especular é assim sempre tensa, porque há algo *na imagem mesma* que, desde o começo, torna essa unidade impossível ou, ao menos, problemática (VAN HAUTE, 2002, p. 181).

Numa das poucas passagens que Lacan coloca em termos claros disso, ele se pergunta: “em qual momento o sujeito descobre esta falta [falso do falo]? Quando e como o sujeito faz esta descoberta?” (SIV, p. 176).

Dois parágrafos depois, ele responde com clareza: a imagem especular, do outro

que dá ao sujeito a matriz em torno da qual se organiza para ele o que o eu denominaria sua incompletude vivida. É, a saber, o fato que ele está em falta. É em relação a esta imagem que se apresenta como total, não somente transbordante, mas fonte de jubilação em razão da relação específica do homem à sua própria imagem, que ele toma conta de que lhe pode faltar algo. É na medida em que o imaginário entra em jogo que, sob a fundação de duas primeiras relações simbólicas entre o objeto e a mãe da criança, pode aparecer isto, que à mãe como à ele pode faltar imaginariamente algo. É na relação especular que o sujeito tem a experiência e a apreensão de uma falta possível, que algo para além pode existir, que é uma falta (SIV, p. 176).

Percebamos que Lacan já pressupõe algumas fundações de relação com o simbólico. Quer dizer, o estádio do espelho não é um acontecimento isolado na maturação psíquica do bebê. Paralelamente a isto, Lacan nos descreve a experiência de frustração da criança que seria um dos primeiros momentos em que ela poderia tatear o reino simbólico¹², mesmo que a frustração seja vivida como um *dano imaginário*¹³.

¹² Talvez possamos afirmar que é “mística” esta possibilidade da criança entrar no domínio do simbólico, pois ela, de algum modo, sempre esteve mergulhada nele. Poderíamos pensar assim: mesmo antes de nascer a criança já tinha um lugar nas redes de relações familiares. Mas esta pressuposição mítica tem uma função em Lacan: a relação da criança com a linguagem – um modo de mostrar que entre o Simbólico e o que é biológico não há uma extensão. Philippe Van Haute nota isto: “não somente a linguagem não é a extensão do corpo, mas a entrada na ordem da linguagem deve sempre ser compreendida como uma perda; esta perda pode ser compreendida de vários modos no nível da fantasia [já que nunca foi real uma completude], mas, inevitavelmente, isto só pode se referir à ideia de uma completude e imediatamente que não é mais afetada pela força de diferenciação e fragmentação do significativo” (VAN HAUTE, 2002, pp. 26-27).

Aliás, um dano no imaginário que tem um agente simbólico, a mãe, e a perda de um objeto real, o seio materno.

A frustração não pode ser confundida com a castração, por exemplo, na qual há uma ação simbólica que ocasiona a criança a sair do complexo de Édipo. A frustração é uma relação da falta constitutiva de uma fase pré-edipiana e anterior à castração. É preciso antes um *dano* no imaginário.

Sabemos que o primeiro objeto de satisfação, para a criança, seja do sexo masculino ou feminino, é o seio materno. Se voltarmos-nos ao trabalho de Melanie Klein, veríamos isso com toda clareza. São vários os momentos que ela destaca como a criança introjeta para dentro de si um “seio bom” e projeta para fora um “seio mal”. Mas não confundamos: dizer que um objeto real, o seio materno, exerça qualquer influência na criança não significa que ela o tenha percebido como um objeto. Como diz Lacan: “o objeto é real, a relação é direta” (SIV, p. 66).

É diante deste seio real¹⁴, ou seja, nem imaginário e nem simbólico, objeto de satisfação da criança, que ela sofrerá um *dano imaginário*. Ela viverá este dano como uma perda ou uma lesão imaginária. Noutras palavras, será vivido como uma falta imaginária, pois

a frustração é então considerada como um conjunto de impressões reais, vividas pelo sujeito em um período do desenvolvimento em que sua relação ao objeto real é centrada como de costume sobre a *imago* dita primordial do seio materno, em relação a qual irão se formar nele o que denominei a todo o momento suas primeiras vertentes e se inscrever suas primeiras fixações, aquelas que nos permite descrever os tipos diferentes de estados instintuais (SIV, p. 62).

Lacan insiste: o que se perdeu não foi a satisfação, mas a dádiva. Klein chega a dizer que o seio bom é vivido pela criança como uma fonte inesgotável de prazer, de gratificação (*cf.* KLEIN, 1988, p. 183). É esta fonte inesgotável, esta dádiva, que a criança perde imaginariamente. Porque imaginariamente? Porque o seio continua ali, mas passa a ser algo que a criança *apela, reivindica*.

Percebamos como a frustração só poderia aparecer neste momento em que a criança tem uma unidade da imagem de si: a frustração, sendo da ordem do apelo, da reivindicação, exige o objeto que lhe falta. “O objeto entra neste momento no que poderíamos denominar o ar narcísico de pertencimento do sujeito” (SIV, p. 101).

¹³ “É na medida em que o sujeito é imaginariamente frustrado que nasce sua primeira apreensão do objeto [o seio materno] enquanto ele é privado” (SVI, p. 263).

¹⁴ “Não é o objeto que joga nisso o papel essencial, mas o fato de que a atividade tomou uma função erotizada sobre o plano do desejo a qual se ordena na ordem simbólica” (SIV, p. 184).

Neste caso, a frustração “concerne algo que é desejado e que não pode ser agarrado, mas que é desejado sem nenhuma referência a alguma possibilidade de satisfação nem de aquisição” (SIV, p. 37). Um seio que está às vezes presente e às vezes ausente, mas que jamais a satisfará, porque a criança já percebeu que algo que uma vez fez parte de si, agora, é algo que às vezes está presente e outras vezes não. A falta do objeto é, por isto, uma ferida narcísica que revela uma falta instaurada no imaginário.

Segundo Lacan, é a mãe a responsável por isto. Ela, num primeiro momento, é este agente simbólico (representante desta dádiva) que frustra a criança com sua ausência. É esta presença-ausência o primeiro momento em que a criança constitui a mãe como agente da frustração. Ora, este apelo a algo, à presença do seio, é condição fundamental de uma ordem simbólica, a fala. A questão é: “como a frustração introduz a ordem simbólica?” (SIV, p. 56).

Antes dessa possibilidade de introduzir uma presença-ausência a criança vive verdadeiramente num caos, como nos descreve Klein. A mãe introduz esta possibilidade de ordem, esta possibilidade de abertura ao simbólico frustrando a criança, mesmo que sem querer.

Neste momento, percebemos que Lacan trata diferentemente a entrada da criança no registro imaginário e simbólico. No primeiro caso, trata-se de uma assunção da imagem de si, algo que se dá num golpe. No segundo, parece que há uma entrada aos poucos. A presença-ausência da mãe é uma “sedução” ou “atração” para a criança, oferecendo ao sujeito a possibilidade de fazer uma transição da relação real a uma relação simbólica com o objeto (*cf.* SIV, p. 67). Porém, quando agarra esta sedução, a criança passa a outro registro num golpe também? Aliás, o que deve acontecer, então, para que o objeto real se torne mais complexo, ou seja, um objeto simbólico? Quando a relação da mãe com a criança se torna dialética?

Percebamos primeiramente que, tirando esta dialética, nada nos diferenciaria de um animal doméstico:

vocês não precisam senão observar um animal doméstico para ver que um ser desprovido de linguagem é totalmente capaz de lhe endereçar apelos, apelos para tirar sua atenção em direção a algo que, em certo sentido, lhe falta. O apelo humano é reservado a um desenvolvimento ulterior, mais rico, porque ele se produz justamente por um ser que já adquiriu o nível da linguagem (SI, p. 98).

Mais rico porque, neste apelo da criança, a mãe se torna algo de outro registro. Da mãe simbólica à mãe real, uma potência: toda-potência. Como dissemos, aquele objeto que era um objeto de satisfação se torna uma dádiva, pois

a dádiva se manifesta ao apelo. O apelo se faz ouvir quando o objeto não está aí. Quando ele está aí, o objeto se manifesta essencialmente como não sendo senão signo da dádiva, quer dizer, como nada enquanto objeto de satisfação. Ele está justamente aí para ser impelido na medida em que ele é este nada. Este jogo simbólico tem então um caráter fundamentalmente falacioso (SIV, p. 182).

O seio é a potência materna, real. Deste modo, “(...) os objetos que a criança quer reter perto dela [como o seio materno], não são mais, de tal modo, os objetos de satisfação, mas a marca do valor desta potência que pode não responder mais, e que é a potência da mãe” (SIV, pp. 68-69). Uma potência que não é portadora da Lei, porque a frustração se dá no nível imaginário: um domínio de exigências desenfreadas e sem qualquer lei.

Se ainda não estamos no nível da lei, a noção de frustração se refere a um nível pré-edipiano, embora ao dizermos de algo pré-edipiano não excluimos sua implicação no complexo de Édipo. Sublinha-se, no entanto, como a frustração está ligada à investigação dos traumas, fixações, impressões desta primeira idade. Como diz Lacan, ela nos dá a *base*, o *terreno* e o *fundamento* deste complexo (cf. SIV, p. 61).

Os papéis se invertem com a frustração: a mãe se torna real e o objeto simbólico:

o objeto vale como o testemunho da dádiva vindo da potência materna. O objeto tem desde então duas ordens de propriedades satisfatórias, ele é duplamente objeto possível de satisfação – como anteriormente, ele satisfaz uma necessidade, mas também ele simboliza uma potência favorável (SIV, p. 69).

É esta simbolização arcaica que faz com que a mãe passe à sua realidade – enquanto alguma coisa simbolizada. O que conta nesta operação de presença-ausência é que a mãe, esta toda-potência, torna a criança carente, a decepciona. Uma frustração imaginária que passa por esta presença-ausência a ser uma potência e, por isto mesmo, algo num outro registro – e, reparemos, “de um só golpe”: esta potência se torna outra coisa que recusa ou detém uma dádiva (cf. SIV, p. 69). Esta potência se torna simbólica.

O que Lacan parece realizar é um deslizamento da criança nos registros imaginário, simbólico e real. Num primeiro momento, o seio faz parte de si. Não há registro, senão real. Noutra, o seio passa a ser simbolizado e a mãe passa a ser real. Nesta passagem, a criança, que apela por algo, do mesmo modo imagina algo que falta à mãe. Ou seja, neste momento, outro algo é vivenciado pela criança que é mais decepcionante que o fato da descoberta dela não ser o único objeto da mãe, mas que o interesse da mãe é um falo: “o que a mãe busca que não sou eu?” – é neste momento que a criança se coloca imaginariamente no registro do desejo da mãe. Ela passa a ocupar este lugar imaginário depois de ter sofrido um dano imaginário nela mesma. Mas

em qual momento a criança pode, numa certa medida, se sentir desapossada dela mesmo de algo que ela exige da mãe, se apercebendo que não é ela que é amada, mas certa imagem? (...) Como se inscreve então o reconhecimento deste terceiro termo imaginário que é o falo para a mãe? (SIV, p. 71).

O problema está aqui claramente posto: *em que momento a criança passa a ser o falo imaginário da mãe e por quê?*

Como vimos, a frustração está no registro do apelo, ou seja, o bebê demanda da mãe algo a mais que a satisfação de suas necessidades.

Ao conseguir simbolizar a presença-ausência da mãe, o bebê demanda sua presença. (Demandar é sempre uma relação de um sujeito a outro sujeito, ou seja, uma relação que se dá por intermédio da linguagem). A presença-ausência é já uma simbolização, um apelo que está no registro simbólico.

A criança, ao fazer apelo da presença-ausência da mãe está claramente realizando uma demanda de ser amada pela mãe. Como nota Mikkel Borch-Jacobsen comentando esta passagem, “(...) a criança está pedindo para ser amada. Mais precisamente, ela está demandando ser o objeto do amor da mãe, o *seio amamentado* que irá preenchê-la” (BORCH-JACOBSEN, 1991, p. 207).

Este era um dos pontos que intrigou Freud na década de 1920 em sua memorável obra *Além do princípio do prazer*. Lembremos que logo nas primeiras páginas, Freud nos descreve uma brincadeira de criança. Trata-se daquela observação muito curiosa de um menino de um ano e meio com um carretel: o *Fort-da*¹⁵.

Para Lacan, este jogo aparece exatamente após a frustração. Esse simples jogo torna a criança capaz de simbolizar algo¹⁶. É neste sentido que vimos como a simbolização arcaica faz com que a mãe passe à sua realidade (da criança) – enquanto alguma coisa simbolizada.

O que conta nesta operação de presença-ausência é que a mãe, esta toda-potência, o torna carente, o decepciona. Uma frustração no nível imaginário que passa, por esta presença-ausência, a ser uma potência e, por isto mesmo, algo num outro registro. É este o ponto central, porque “(...) esta simbolização primordial abre, apesar

¹⁵ “Mas a larga importância que Freud conquista sobre esse elemento de experiência é esse – antes mesmo que a aprendizagem da língua seja elaborada sobre o plano motor, e sobre o plano auditivo, e sobre o plano que ela [a criança] compreenda aquilo que nós contamos para ela, há, desde já, simbolização – desde a origem, desde as primeiras relações com o objeto, desde a primeira relação da criança com o objeto materno na medida em que ele é o objeto primordial, primitivo, da qual depende sua subsistência no mundo. Esse objeto é, com efeito, já introduzido como tal ao processo de simbolização e ele joga um papel que introduz no mundo a existência do significante. E isso num estado ultra-precoce” (SV, p. 222).

¹⁶ “Com efeito, todas as relações ao corpo próprio que se estabelecem por intermédio da relação especular, todos os pertences do corpo próprio, entram em jogo e são transformadas pelo acontecimento no significante” (SIV, p. 189).

disso, à criança a dimensão do que a mãe pode desejar de outrem, como se diz, sobre o plano imaginário” (SV, p. 182).

Vimos também que, com a frustração, algo é vivenciado pela criança que é mais decepcionante que o fato da sua descoberta de não ser o único objeto da mãe, mas que o interesse da mãe é por outra coisa. Isto levaria a criança a realizar um tipo de “cálculo” para “roubar os olhos maternos”: “o que a mãe busca que não sou eu?”.

É neste momento que a criança se coloca imaginariamente no registro do desejo da mãe. Ela passa a ocupar este lugar imaginário depois de ter sofrido um dano imaginário nela mesma. A criança passa a se identificar com um objeto que satisfaz a mãe, pois “no primeiro tempo e na primeira etapa, trata-se então disto – o sujeito se identifica em espelho ao que é o objeto de desejo da mãe” (SV, p. 192).

Também neste momento ela percebe claramente que, como ela, em outrem pode faltar algo. Eis outro “cálculo” que surge na criança: se falta algo à mãe, é isto que ela deve desejar. Sua “lógica” é relativamente simples, mas objetiva: “se desejo o seio, é porque algo me falta; se algo me falta, algo também deve faltar a outrem; se a mãe dá tanta atenção para mim, é porque eu devo completar sua falta”.

Claro que todo esse cálculo é inconsciente. Nada disto é posto conscientemente, mesmo porque a criança não teria maturação suficiente para realizar tal operação. O que está em cena é um jogo de sedução. Algo como se a criança fizesse este tipo de questão: “o que preciso ser para ‘roubar’ os olhos da minha mãe, para que ela cuide de mim e dedique seu amor a mim?”.

É diante disto que Lacan resume o primeiro tempo de Édipo: “primeiro tempo. O que a criança busca, enquanto desejo de desejo, é o poder de satisfazer ao desejo de sua mãe, quer dizer, *to be or not to be* o objeto do desejo da mãe” (SV, p. 191).

Ao se colocar nesta posição do desejo da mãe, algo é instituído: a subjetividade no seu primeiro nível ou no seu estado mais primitivo (*cf.* SV, p. 181). Ora, “o que o sujeito deseja?”, pergunta Lacan. Nesse momento, sua resposta é:

não se trata simplesmente da apetência de cuidados, do contato, que seja da presença da mãe, mas da apetência de seu desejo. Desde esta primeira simbolização em que o desejo da criança se afirma, atraindo todas as complicações ulteriores da simbolização, naquilo que seu desejo é desejo do desejo da mãe (SV, p. 182).

Mas qual é este objeto de desejo da mãe?

Ser o desejo do desejo do outro (da mãe)

Sabemos como, em Freud, há uma diferença entre o complexo de Édipo masculino e feminino. No segundo caso, Freud chega à conclusão de que há uma *construção* da feminilidade a partir da dissimetria entre os sexos. Quer dizer, ele afirma que a menina se identifica primeiramente com a posição masculina e, noutro momento, ela assume que não possui um pênis e passa a *desejar* a tê-lo, construindo assim sua feminilidade. O que isto significa e por que estamos retomando isto aqui?

Primeiramente, lembremos que estamos num registro de um *primado do falo*. Neste sentido, Freud fala que há uma diferença entre a *assunção* da percepção infantil: o menino *teme* a possibilidade de ser castrado – uma falta vivida na ordem simbólica de um objeto imaginário (o falo). A menina, por sua vez, aceita esta *privação* – algo que ela jamais teve e por isto uma privação de algo simbólico seguindo Lacan, como iremos ver.

Percebamos que, por um lado, há temor; por outro, há inveja. *Como se* as meninas agissem segundo uma *privação*: como ela nunca teve “isso”, então, o que ela pode fazer é *aceitar* o fato ou *deslocar* esta falta *constitutiva* para o desejo de tê-lo.

Esta dissimetria nos leva a pensar numa concepção diferente da entrada e da saída no complexo de Édipo masculino e feminino em Freud. O menino só sai deste complexo por temor de ser castrado. A menina, por outro lado, só entra no Édipo quando ela assume a privação do falo. Lacan destaca isto claramente nesta passagem:

a criança feminina, é na medida em que ela não possui o falo que ela é introduzida ao simbólico da dádiva. É na medida em que ela faliciza a situação, quer dizer, que se trata de ter ou de não ter o falo, que ela entra no complexo de Édipo. O menino, como sublinha Freud, não é por isto que ele entra, é por isto que ele sai. No fim do complexo de Édipo, no momento em que ele se realiza sobre certo plano o simbólico da dádiva, é preciso que ele faça dádiva do que ele tem. A filha, se ela entra no complexo de Édipo, é na medida em que aquilo que ela não tem, ela tem de encontrá-lo no complexo de Édipo (SIV, p. 123).

Vimos como a questão do significante falo está presente também em Freud, pois a menina desliza a renúncia ao pênis no desejo de ter um bebê. E Freud completa sua reflexão afirmando que o complexo de Édipo feminino culmina em um desejo de receber do pai um bebê como presente. A menina teria assim visto a presença do falo; sabe da sua existência; assume que não o tem; e decide ter um.

“Querer ter um” significa, para Freud, um deslocamento ou deslize do seu desejo: *pênis-criança*. Realizando esse deslocamento, ela exige da mãe algo que, destaquesmos, ela jamais poderia lhe dar. É este o caminho de Freud:

o desejo com que a menina se volta para o pai é provavelmente, na origem, o desejo pelo pênis que a mãe não lhe deu e que ela espera receber do pai. Mas a situação feminina se estabelece apenas quando o desejo pela criança substitui o desejo pelo pênis, ou seja, quando a criança, conforme uma velha equivalência simbólica, toma o lugar do pênis (FREUD, 2010c, p. 284).

A menina aparece assim na teoria freudiana como *ressentida*: ela culpa alguém pela falta que lhe é constitutiva e busca no pai um objeto que ela poderia *ter*. Curioso notarmos como Freud dá esse destino ressentido à feminilidade. Algo que a psicanalista Maria Rita Kehl desenvolve nestes termos: “o que produz ressentimento são as tentativas de estabelecer uma solução de compromisso entre os sentimentos de revolta/insatisfação e a subordinação às condições impostas pelo poder” (KEHL, 2004, p. 209).

Como se vê, o desejo da menina é de possuir o *falo*, algo que lhe foi privado. Ora, se o desejo da mãe é o falo, isto se dá exatamente, para Lacan, porque o seu desejo não é ter um pênis, uma vez que este lhe foi privado, anulado e que foi colocado em seu lugar um significante que entra no lugar desta privação: o falo. Significante este que jamais pode se correlacionar a algo empírico ou ter qualquer tipo de designação extensiva – *ele é sempre aquilo que o objeto não é: uma função*.

Lacan observa, como Freud, que este tipo de conclusão aparece de modo claro em casos extremos, tal como na homossexualidade feminina. Leiamos como Lacan descreve isto: “ao extremo do amor, no amor o mais idealizado, o que é buscado na mulher, é o que lhe falta. O que é buscado para além dela é o objeto central de toda economia libidinal – o falo” (SIV, p. 110).

Aliás, poderíamos perguntar por que este seria o objeto central na economia libidinal do sujeito. E, acredito, que poderíamos responder assim: porque é em torno dele, do falo, que ocorre toda troca social – uma “moeda de troca amorosa” (*cf.* SV, p. 482); é em torno dele que está a ordem simbólica, este falo que é privado na entrada de Édipo na menina e que determina o desejo da criança em seu primeiro tempo lógico do Édipo.

Acompanhemos como é o desejo materno que aparece nesse tempo, para Lacan, como a entrada da criança num jogo de reconhecimento do desejo: “a criança, com um pouco de astúcia ou sorte, pode chegar muito cedo a entrever o que é o x imaginário e, uma vez que ela o compreende, a se fazer falo” da mãe (SV, p. 175). Ou seja, a criança passa a ser a criança-falo que a saída do Édipo feminino promete à mulher. A primeira experiência de desejo da criança de ambos os sexos *depende*, portanto, *necessariamente*, da saída do complexo de Édipo feminino: o desejo de possuir um falo.

Essa passagem deixa clara a argumentação de Lacan:

Freud nos apresenta o desejo da mãe como sendo o princípio desse podamento [*ravalement*] para alguns sujeitos, em que nos diz precisamente que eles não abandonaram o objeto incestuoso – enfim, que eles não têm abandonado o suficiente, pois, no fim das contas, aprendemos que jamais o sujeito o abandona inteiramente. Deve-se, entendo bem, haver algo que corresponde a este mais ou menos do abandono, e diagnosticamos – fixação à mãe (SV, p. 327).

Assim, a criança não se encontra só face à sua mãe, pois há um significante do desejo materno em jogo, o falo, sempre presente e aparentemente jamais abandonado (cf. SV, p. 285).

Se isso é verdade, se a criança está aberta ao que a mãe pode desejar do outro, no fundo, a criança, não busca a mãe, mas seu *desejo*. Talvez uma forma astuta de afirmar que o desejo da criança é o *desejo do desejo da mãe*.

Que o seja, mas ao se colocar neste lugar, de *ser o falo imaginário materno*, a criança é “sujeitada porque ela experimenta e se sente, primeiramente, como profundamente sujeitada ao capricho daquilo que ela depende, mesmo que esse capricho seja um capricho articulado” (SV, p. 189). Ela depende, nessa lógica, literalmente, de algo que ela não controla, estando à mercê do desejo do outro.

Percebamos, contudo, que o pai está velado neste momento pois a criança é o falo que a mãe deseja e a mãe, sendo aquela que (supostamente) não o *tem*, se satisfaria ao tê-lo: falo-criança. É neste sentido que o menino “(...) oferece à sua mãe o objeto imaginário do falo, para lhe dar sua satisfação completa e sob a forma de engodo” (SIV, p. 208). Lacan falará assim que “a criança se apresenta à mãe como lhe oferecendo o falo nela mesma, em graus e em posições diversas” (SIV, p. 224).

Mas ao oferecer-se nesta posição, como é possível que a criança, que tem o desejo de ser objeto do desejo da mãe, venha a ter qualquer tipo de satisfação? Se se trata de vir no lugar do objeto de seu desejo, como ela se coloca nesse lugar? Ora, se seu desejo é o desejo do desejo da mãe, sua satisfação seria ocupar esse lugar. Literalmente, *ser* esse lugar de satisfação no plano imaginário.

Ao mesmo tempo, essa posição é *angustiante* para a criança. Este lugar que ela procura preencher de modo fantasmático é um lugar que Lacan descreve como devorador: de ser devorado pelo desejo materno (cf. SIV, p. 195). Significa, aliás, que a criança jamais poderá ter contato com seu próprio desejo. Sim, a própria definição do que é o desejo para Lacan: “o desejo do homem é o desejo do outro”.

Lembremos que no estudo do estádio do espelho chegamos à conclusão de que o eu é a instância que desconhece a si mesma. Uma instância que se forma a partir do

outro. Neste momento do complexo de Édipo chegamos a uma conclusão análoga: *o desejo da criança é o desejo do outro*. Ou seja, aquilo que poderia ser o mais próprio do sujeito, seu desejo, se submete ao capricho do Outro – de alguém que se coloca nessa posição de testemunha.

Não é estranho assim que Lacan descreva a entrada do pai nesta relação devoradora da mãe como uma *saída lógica*. O pai priva a mãe desta relação colocando o falo em outro lugar. Sublinhemos que, mesmo que o pai apareça como aquele pai despótico do *Totem e Tabu*, despótico nesse momento porque interdita a mãe de “devorar” o filho, ele surge de um modo que pode “tirar” a criança de uma posição que ela não poderia sustentar.

O pai real, – digamos, este que ocupa a função de pai, desponta-se como pai imaginário, tal como no mito do pai primevo. Notemos: ele só aparece no jogo porque priva a criança de seu lugar: “você não é o falo; eu o sou”.

É com esse “*ser algo*” que a criança buscará se identificar: com um pai que é senhor da lei – aquele que “verdadeiramente” possui o falo e que dita as regras inclusive do desejo da criança. Mas é também aquele ao qual a criança lança um olhar e se pergunta: “quem é este que possui a lei e que pode privar o desejo da minha mãe?”. Enfim, o que é isto, *o pai*?

Percebamos que, no primeiro tempo de Édipo, o que estava em jogo era uma relação a três, sendo o pai um *estrangeiro*. Mas falar que o pai é um estrangeiro, até o momento, talvez seja o modo mais claro de afirmar que nós nos *inscrevemos* nas leis – elas jamais foram postas em jogo e somos nós que nos instalamos nela. Algo de fora nos é “apresentado” como proibido: “você não pode ocupar este lugar”; “aja como eu para poder ter *isto*”, etc. – um convite à identificação e ao jogo de poder.

Temos outro modo de falar isso: só podemos nos instalar na lei social porque, de algum modo, pela frustração e pela privação, fomos capazes de deslocar o desejo do desejo do outro: *o falo circula*. E, no caso, rumo ao cultural. É nestes termos que Lacan se refere implicitamente a Lévi-Strauss: “ora, o complexo de Édipo não é, apesar disto [da sua interdição] unicamente uma catástrofe, porque é o fundamento da nossa relação à cultura, como se diz” (SV, p. 174).

Tudo se passa como se o que guiasse toda dialética subjetiva fosse um objeto *metonímico*, de circulação, que não se vincula a nada (pois um termo está sempre em contiguidade com outro) – por isso Lacan diz que o desejo é vagabundo, fugidio,

inacessível, perverso: não tem um fim determinado e se liga a qualquer fantasia desde que seja “guiado” (cf. SV, p. 320)¹⁷.

O *falo* teria assim o estatuto de um significante pivô em torno do qual toda dialética do sujeito gira (em todas suas posições possíveis). Um significante do significado em geral, mas que pode ser nomeado, mesmo que seja para se referir a um lugar vazio que se nomeia por substituição, pois “ela [a metonímia] concerne à substituição a alguma coisa que se trata de nomear – estamos, com efeito, no nível do nome” (SIII, p. 250).

É nessa circulação que surge o pai. Mais especificamente, no segundo tempo do Édipo, ele surge como aquele que interdita ou *priva* a mãe de ter este falo imaginário. Assim Lacan descreve esse momento:

segundo tempo. Eu lhes digo que, sobre o plano imaginário, o pai intervém bem ou mal como aquele que priva a mãe, o que quer dizer que a demanda endereçada ao Outro, se ela é substituída como convém, é substituída a um espaço superior se posso me exprimir assim (SV, p. 192).

Mas o que significa dizer que “o pai todo-potência é aquele que priva”? (SV, p. 194). Eis o que Lacan pontua como o segundo tempo de Édipo. Estudemos então, o que Lacan denomina de privação.

Bibliografia

BORCH-JACOBSEN, Mikkel. *Lacan – the absolute master*. Translated by Bouglas Brick. Standford: Standford University Press, 1991.

CANGUILHEM, Georges. *Le Normal et le Pathologique*. Paris: PUF, 2007.

FREUD, Sigmund. *O delírio e os sonhos na Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos*. Trad. Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. *O Eu e o id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925)*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.

_____. *O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010c.

KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KLEIN, Melanie. *Envy and Gratitude and other works 1946-1963*. London: Vintage, 1988.

¹⁷ Lacan usa ainda esses adjetivos para caracterizar o desejo: ele é paradoxal, desviante, errático, excêntrico, escandaloso e seria exatamente por isso que ele se distingue da necessidade (cf. E, p. 690).

LACAN, Jacques. *Écrits*. Paris: Seuil, 1966.

_____. *Le Séminaire I – Les Écrits Techniques de Freud (1953-1954)*. Paris: Seuil, 1975.

_____. *Le Séminaire III – Les Psychoses (1955-1956)*. Paris: Seuil, 1981

_____. *Le Séminaire IV – La Relation d'Objet (1956-1957)*. Paris: Seuil, 1994.

_____. *Le Séminaire V – Les formations de l'inconscient (1957-1958)*. Paris: Seuil, 1998.

_____. *Le Séminaire VI – Le désir et son interprétation (1958-1959)*. Paris: Seuil, 2013.

_____. *Le Séminaire XIII – L'objet de la psychanalyse (1965-1966)*. Inédito

VAN HAUTE, Philippe. *Against adaptation – Lacan's 'subversion' of the subject – a close Reading*. New York: Other Press, 2002.